



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**



EDVALDO CÉSAR ROCHA

**O PROCESSO DE TRABALHO E O DESGASTE MENTAL DOS
TRABALHADORES: UMA ANÁLISE CRÍTICA EM TEMPO DE PRECARIZAÇÃO
DO TRABALHO**

MARIANA

2019

EDVALDO CÉSAR ROCHA

**O PROCESSO DE TRABALHO E O DESGASTE MENTAL DOS
TRABALHADORES: UMA ANÁLISE CRÍTICA EM TEMPO DE PRECARIZAÇÃO
DO TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Orientador: Prof^o Dr. Roberto Coelho do Carmo

MARIANA

2019

R672p

Rocha, Edvaldo Cesar.

O processo de trabalho e o desgaste mental dos trabalhadores [manuscrito]: uma análise crítica em tempo de precarização do trabalho / Edvaldo Cesar Rocha. - 2019.

49f.:

Orientador: Prof. Dr. Roberto Coelho do Carmo.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Ambiente de trabalho - Teses. 2. Doenças profissionais - Teses. 3. Stress ocupacional - Teses. 4. Trabalho - Aspectos psicológicos - Teses. 5. Trabalhadores - Teses. I. Carmo, Roberto Coelho do. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.



FOLHA DE APROVAÇÃO

Edvaldo César Rocha

O PROCESSO DE TRABALHO E O DESGASTE MENTAL DOS TRABALHADORES: uma análise crítica em tempo de precarização do trabalho

Membros da banca

Vanderlei Martini - Mestre - DESSO/UFOP
José Vicente Gabriel - Especialista - Centro de Saúde/UFOP
Roberto Coelho do Carmo - Doutor - DESSO/UFOP

Versão final
Aprovado em 12 de DEZ de 2019

De acordo

Professor (a) Orientador (a)



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Coelho do Carmo, CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**, em 19/12/2019, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0029662** e o código CRC **C2801888**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.204183/2019-46

SEI nº
0029662

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000
Telefone: - www.ufop.br

Lira Itabirana

O Rio? É doce.

A Vale? Amarga.

Ai, antes fosse

Mais leve a carga.

Entre estatais

E multinacionais,

Quantos ais!

A dívida interna.

A dívida externa

A dívida eterna.

Quantas toneladas exportamos

De ferro?

Quantas lágrimas disfarçamos

Sem berro?

Carlos Drummond de Andrade. (1984)

AGRADECIMENTO

Ao longo de nossa existência, a partir dos fatos vivenciados por cada um de nós a vida nos dá algumas opções de respostas, para muitos parece ser mais fácil reclamar da vida, por que temos uma certa tendência a ficarmos insatisfeitos e a achar que estamos muito longe de tudo aquilo que sonhamos, Por que que é tão difícil olhar para a nossa vida e para nós com o mesmo olhar que lançamos para os outros?

Durante o período da graduação é muito comum presenciarmos as vitórias de muitos colegas e as vezes nos sentimos incapazes de chegar ao fim da batalha devido aos desafios lançados em nosso cotidiano. Ao estar aqui escrevendo este texto que sinaliza o fim de uma etapa, vejo que precisamos aprender a ter orgulho do que somos, do que fazemos e do que temos. Precisamos saber relevar as nossas falhas e fraquezas e saber celebrar as pequenas conquistas diárias

É com este olhar generoso sobre mim e sobre a minha vida que eu agradeço a Deus tudo o que eu alcancei até hoje. Eu reconheço o meu esforço e me reconcilio com os meus fracassos, porque sei que nenhum deles foi grande o suficiente para me fazer desistir. Pelo contrário, os meus erros me ajudaram a crescer.

As dificuldades encontradas ao longo deste caminho foram o impulso necessários para vencer, por isto eu agradeço ao dom da vida, a minha família, pai mãe e irmos pelo apoio e incentivo, durante todo este percurso. Agradeço aos meus filhos e especialmente a minha querida esposa por acreditar neste sonho, aos professores do departamento de Serviço Social por contribuírem com a minha formação profissional, especialmente ao meu orientador Profº Dr. Roberto Coelho do Carmo, que com muita sabedoria e paciência foi conduzindo da melhor forma possível apesar de minhas limitações sempre me incentivou, através das palavras de otimismo e motivação, a partir deste exemplo pretendo dentro do possível continuar estudando para que da mesma forma eu possa auxiliar outras pessoas, agradeço também à todos do projeto de extensão “Mineração do Outro” onde vivenciei uma experiência única e enriquecedora, agradeço a turma 2015.2, que foram uma força, uma motivação para que este objetivo fosse alcançado, e a você que aqui não citei, mas que faz parte da minha história de vida, na torcida do meu sucesso, muito obrigado a todos.

Talvez não existam palavras suficientes e significativas que me permitam agradecer, o que sei e que estou extremamente feliz por ter chegado. O tempo passa, as vezes passamos pela vida, não vivemos. Sobrevivemos, porque não sabemos fazer outra coisa, sempre acreditei que ainda é tempo de reconstruir, por isto agradeço também pelo fato de ter a oportunidade de elaborar um trabalho que em certa medida preenche um lugar especial em minha existência, pois para além da formação acadêmica o fato de se ter uma visão ampliada dos processos que envolvem a produção e reprodução da vida, compreender os elementos que constituem o ser social permite que possamos construir um caminho de liberdade, pois o conhecimento é algo indelével, e a busca pelo conhecimento precisa ser contínuo pois a vida é como me disse um amigo violeiro: “A vida é como música a cada dia se aprende uma nota nova”, por isto aqui nesta vida, nunca se é velho demais ou jovem demais, para sonhar, e chegar até aqui é a realização de um sonho, parafraseando Raul Seixas, (1974).” Sonho que se sonha só, É só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade.”

RESUMO

Este trabalho traz um debate a partir de uma revisão bibliográfica dialogando com alguns autores que tratam do processo de produção e sua relação com a saúde do trabalhador. O objetivo é mostrar que para se compreender os processos de adoecimento do trabalhador precisamos conhecer os processos de trabalho, destacando as mudanças ocorridas, reconhecidas como precarização representam sobre carga a que o trabalhador está exposto. Buscamos trabalhar alguns elementos que nos possibilitaram compreender as várias formas que o capital vem intensificando o seu processo exploratório da força de trabalho, evidenciando como as mudanças na gestão do trabalho impactam diretamente o trabalhador.

Palavras chaves: Processos de Trabalho, precarização, saúde do trabalhador

ABSTRACT

This paper brings a debate based on a bibliographical review of dialogue with some authors that deal with workers' health mainly from the perspective of work processes, seeking to show what is necessary to understand worker work processes using work processes. and the changes that occur within these processes, and these changes can identify what are the possible burdens to which the worker is exposed. We seek to work on some elements that allow us to understand how various forms of capital intensify their exploratory workforce process. We seek to show how changes in work management directly impact the working class through the precariousness of labor relations and the dissolution of social relations. . that is, a relationship between working conditions and health or the object of this study.

Keyword: Work processes, precariousness and worker health

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I – PROCESSOS DE TRABALHO E A SAÚDE DO TRABALHADOR	11
1.1. Processos de trabalho como produção e reprodução da vida social	15
1.2 O processo de produção também como processo de formação de valor	18
1.3 - Avanço das forças produtivas e a trajetória da saúde do trabalhador.	21
CAPÍTULO 2 – PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A RUÍNA DA SAÚDE DO TRABALHADOR	28
1.1-Terceirização	29
1.2- Intensificação do trabalho	32
1.3-Precarização e o desgaste mental do trabalhador	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

INTRODUÇÃO

As discussões relacionadas à saúde do trabalhador passam a marcar os processos de gestão do trabalho, primeiro com os debates da medicina do trabalho de caráter reparador, passando pela saúde ocupacional, que caracterizava-se pela identificação de riscos no trabalho com potencial de prever possíveis acidentes até o debate da saúde do trabalhador, sobre o qual propomos aprofundar o debate. Se antes as pesquisas voltadas para o tema pareciam ser escassas, na atual conjuntura pesquisadores começaram a debruçar sobre o tema. Buscaremos demonstrar que o que é central para o objeto a que queremos investigar, qual seja, a saúde mental do trabalhador, não pode ser compreendida sem um aprofundamento dos processos de (re)produção social. Com isso, o trabalho que iremos desenvolver perpassa pela relação da saúde física e mental do trabalhador a partir das mudanças ocorridas na organização social do trabalho na sociedade capitalista. Percebemos nesta trajetória que nesta sociabilidade o trabalho pode adoecer os homens. Neste sentido as relações que eles desenvolvem parecem ter relação de estranhamento que nos termos de Antunes (2002, p. 52), “a subjetividade que emerge no local de trabalho é expressão de uma existência inautêntica e estranhada em relação ao que se produz e para quem se produz.” Se pensarmos na saúde física e mental do trabalhador a partir destes elementos veremos que ela também é estranha aos homens, pois eles adoecem conforme as determinações que a sociedade impõem sobre eles. A metodologia elencada para que se realizem as sucessivas aproximações ao objeto proposto incorpora a realização de pesquisa bibliográfica, dialogando com autores como: LAUREL; NORIEGA (1989), que analisam o desgaste do trabalhador relacionado a diferentes cargas de trabalho, o que pode expressar-se além do ambiente de trabalho. Ou ainda, como as mudanças no processo produtivo, marcadas por um processo de crescente precarização do trabalho, contribuem para o desgaste do trabalhador. Para compreendermos este processo de desgaste do trabalhador, precisamos analisar como essa precarização do trabalho repercute enquanto carga, que impacta a saúde dos trabalhadores?

Se considerarmos como Harvey (1998, p. 177) que a “acumulação flexível” mudou o modo de ser e de agir da classe trabalhadora - uma vez que a medida de tempo e espaço requerem um trabalhador mais ágil, com mais competências e

habilidades - temos uma intensificação do trabalho como característica inalienável desse processo de precarização.

Sendo assim este estudo segue dividido em dois capítulos, sendo o primeiro dissertando sobre o processo de trabalho como produção e reprodução da vida social. Buscaremos tratar, em seguida, o processo de produção também como produção de valor. No segundo capítulo discutiremos as mudanças nos processos produtivos, tais como a terceirização e intensificação, problematizando suas consequências à saúde dos trabalhadores. Conhecer estes fenômenos dentro do processo da reestruturação produtiva se faz necessário para entendermos de que forma as mudanças nos processos de trabalho afetam os trabalhadores, portanto tratar destes dois fenômenos nos possibilitou uma aproximação do nosso objeto, uma vez que o que nos interessa é o debate acerca das consequências dos processos de trabalho na saúde do trabalhador, assim como diz, FRANCO; DRUCK; SILVA (2010). “É o paradoxo que encerra o trabalho contemporâneo: sua combinação com precarização social, com adoecimento dos indivíduos e destruição ambiental”.

O capitalismo apresenta, então, diversas metamorfoses em sua fase contemporânea, marcada por profunda fetichização das relações sociais, visto que atinge todos os âmbitos da vida e transforma, indiscriminadamente, tudo em mercadoria, colocando o planeta em risco de extermínio, se considerarmos a total subsunção da natureza ao processo de valorização. Tais mudanças são aqui consideradas com o objetivo de abarcar seus desdobramentos sobre as dimensões da pobreza e seu enfrentamento em âmbito mundial. (MASCARENHAS, Raquel Mota, 2014, pág. 34)

Muitos autores já desenvolveram suas teses a respeito do capitalismo contemporâneo e suas implicações no mundo político e financeiro, e como as consequências deste desenvolvimento afetaria a vida dos trabalhadores tendo em vista o grande desgaste causados pela acumulação capitalista, muito ainda temos que caminhar no sentido de aprofundamento das questões do trabalho x saúde, por isto, este trabalho não tem a pretensão de esgotar a discussão em torno do tema, mas apresentar algumas características e tendências para um aprofundamento posterior.

CAPÍTULO I – PROCESSOS DE TRABALHO E A SAÚDE DO TRABALHADOR

O homem ao longo da história por intermédio do trabalho e em contato com a natureza desenvolve habilidades para saciar as suas necessidades, materiais e espirituais (MARX, 2011). Este homem foi se distanciando da natureza e, de acordo com Lukács (2013), realizou pelo trabalho um salto ontológico, tornando-se um ser social. Este salto ontológico implicou em um gigantesco potencial de desenvolvimento. Como nas palavras de Marx (2011), não é o que se faz, mas como se faz, com que meios se faz que define as distintas épocas na história, esta característica potencial pode produzir o avanço, o desenvolvimento ou uma transformação histórica. Hoje temos, pelo trabalho, no curso da reprodução capitalista, um enorme desenvolvimento das forças (re)produtivas. O potencial desenvolvimento que poderia trazer para o ser social, numa direção emancipatória, vem, na verdade, destruindo o homem, seja durante o processo produtivo ou por doenças adquiridas dentro deste processo. É o que buscaremos entender melhor adiante.

Sabemos que desenvolvimento da produção reprodução capitalista tem implicações nas várias dimensões da vida humana, sejam elas culturais, políticas ou econômicas, e que as consequências deste desenvolvimento afetam a vida dos trabalhadores tendo em vista a elevação do nível de exploração causado pela acumulação capitalista, que aqui buscaremos compreender como intensificação do trabalho (DAL ROSSO, 2008). O capitalismo em sua fase madura tem intensificado as formas de exploração da força de trabalho em busca do aumento de suas taxas de lucros, todo este desenvolvimento implica em um processo de auto destruição do homem, o que Marx classificaria como barbárie (MARX, 2013).

“A sociedade, através dos seus membros (homem e mulher), transforma matérias naturais em produtos que atendem às suas necessidades esta transformação é realizada através da atividade a que denominamos trabalho” (NETTO; BRAZ, 2008. p. 30). Quer dizer, o trabalho é a relação do homem com a natureza, onde o homem, a partir de mediações, regula o seu metabolismo com a natureza e através deste movimento ele produz e reproduz a própria vida. O trabalho ocupa uma grande esfera do tempo de vida do homem, o estudo aqui apresentado busca uma aproximação de alguns conceitos que abordam, como uma primeira aproximação, o adoecimento do trabalhador dentro do processo produtivo. Esta análise buscará entender como as diferentes “cargas de trabalho” podem impactar na

vida do trabalhador como desgaste. Buscaremos sistematizar uma base de análise para trabalhos futuros no que diz respeito ao adoecimento do trabalhador. Considerando-se a importância do trabalho na reprodução da vida “É no metabolismo entre o homem e a natureza que surge o que temos chamado de condições ambientais das coletividades humanas, através e diante das quais se constituem os modos de andar a vida” (LAUREL; NORIEGA, 1989, p. 103,104).

Por este motivo entender o desgaste do trabalhador, só é possível se com esforço de análise, parafraseando Meszáros, sobre os desafios e os fardos deste tempo histórico no contemporâneo mundo do trabalho, caracterizado pela precarização, tendo em vista que o trabalho é a característica fundante do ser social e central para as relações sociais de produção e reprodução capitalista. Quer dizer,

O processo histórico de produção e reprodução da vida mostra que o homem se distanciou do ser natural se tornou um ser social, e a partir deste salto ontológico as relações de produção passam por uma grande transformação, transformação que envolve todas as dimensões do ser social seja física material ou até mesmo espiritual, Para compreender as características que assume o processo de trabalho no capitalismo tem que se lembrar que sua finalidade é extração de mais valia. (LAUREL; NORIEGA 1989, pg105).

Desta feita, como ao longo da história os processos produtivos foram se modificando ao passo que também ocorria mudanças nas as forças produtivas, cabe à pesquisa em saúde do trabalhador investigar a precarização do trabalho e os impactos à saúde do trabalhador que tais mudanças causam. Segundo (LAUREL; NORIEGA, 1989) a dinâmica do processo de valorização dentro do processo de trabalho vai se constituindo conforme a concorrência intercapitalista avança. Já não bastava produzir, mas este produto teria que ser vendido para a obtenção de mais valor, tendo como finalidade o lucro. É neste contexto que surge o elemento produtividade que é reconhecido como desenvolvimento, e com isto a incorporação de novas tecnologias, “assim, as disputas por como usar a força de trabalho, tornam-se simultaneamente, a alavanca de disputa por como distribuir o valor produzido entre a “Mais- Valia” e salário.” (LAUREL; NORIEGA, 1989, p. 106).

O conhecimento dos processos de trabalho é fundamental para se entender o que determina a saúde do trabalhador, como também o que determina a doença, pois nos permite descobrir de que forma se constitui o nexos biopsíquico desta coletividade. (LAUREL; NORIEGA, 1989). Para as autoras a análise do trabalho relacionado com a saúde não foi um ponto de partida mas um ponto de chegada quando se colocou a

necessidade de entender a saúde-doença não só como um processo bioquímico mas antes de tudo como um processo social. Assim, os autores entendem por carga de trabalho todos os elementos presentes no ambiente de trabalho sejam eles, físico, químico, biológico ou mecânicos por um lado, ou ainda fisiológicos e psíquicos por outro. Na análise proposta pelas autoras, há ainda uma classificação quanto à materialidade do fenômeno: estes grupos distintos classificar-se-iam por possuir materialidade interna ou externa ao corpo. Enquanto os elementos do primeiro grupo apresentam materialidade externa ao corpo, as cargas do segundo grupo, caracterizar-se-iam por cargas fisiológica e psíquica apresentaria materialidade interna ao interagir com o corpo. Em outras palavras, tais cargas só teriam materialidade quando o trabalhador já apresentasse alguma questão quanto a sua saúde, sendo de difícil captura em um estudo empírico de caráter epidemiológico, por exemplo. Um caso comum na região dos inconfidentes, onde impera a atividade de extração do minério de ferro é o Trabalho em Turnos Alternados (TTA), que provocaria, dentre outros sintomas, distúrbios no sono e irritabilidade (CARMO, 2019), fenômenos característicos de das cargas internas.

Decompor e agrupar as cargas seria o primeiro passo em um processo de análise, dado que não adquirem pleno significado se não no interior da dinâmica global do processo de trabalho, o segundo passo consiste na reconstrução das cargas de trabalho através da análise da interação entre elas no marco da lógica global do processo de trabalho. (LAUREL; NORIEGA 1989, p.113.)

Sendo assim é possível analisar que a carga de trabalho é um conjunto de elementos que interagem com o homem durante o processo de trabalho, causando um determinado desgaste seja psíquico ou físico. A este conceito de Carga de trabalho, deve-se associar, de acordo com as autoras supracitadas, o conceito de Desgaste. Isso permitirá ao pesquisador reconstruir a relação entre Carga e o Desgaste de um coletivo de trabalhadores (LAUREL; NORIEGA, 1989, p. 115). É muito importante dizer que este processo de desgaste caracteriza as coletividades humanas e não primeiramente os indivíduos.

Vale dizer, dado que as cargas de trabalho, e portanto o padrão de desgaste de um grupo de trabalhadores determinado, têm origem na maneira específica como se articulam a base técnica e organização e divisão do trabalho é possível decantar as particularidades de cada processo de trabalho e extrair as características gerais das cargas e do desgaste das diferentes etapas e sub-etapas típicas do processo de produção capitalista. (LAUREL; NORIEGA, 1989, p.118.)

Para as autoras conforme podemos conhecer o processo de trabalho de uma determinada atividade, somos capazes de conhecer os tipos de carga presentes nesta dada atividade, sendo capazes ainda de prever um determinado padrão de desgaste. Entretanto, os autores apontam para uma limitação quando se fala em padrão de desgaste, uma vez que durante o processo de trabalho há uma grande defasagem de tecnologia e na caracterização da organização dos trabalhadores, estas questões podem modificar substancialmente os padrões de desgaste que somente se tornam visíveis com estudos concretos. Destacam ainda que o desgaste é a visão integradora de aspectos ambientais, psicossociais e intrapsíquicos, abrangendo contextos de trabalho, relações de poder e impactos mentais que atingem, entrelaçadamente, a inteligência e a afetividade (sentimentos e emoções).

Para que possamos nos aproximar deste debate, então, buscaremos entender um pouco mais sobre processo de trabalho. Como caracterizamos um processo de trabalho? Como que, ao longo da história, estes processos foram se modificando, e como estas mudanças afetam direta e indiretamente os indivíduos? Se ao longo de toda a história da humanidade o processo de produção e reprodução da vida tem em sua gênese o contato com a natureza e a transformação de algo natural em objeto de uso e de subsistência, o que diferencia o processo de produção capitalista de outros processos de produção e qual sua relação com o Desgaste? São estas algumas das questões que nortearam o debate que segue.

1.1. Processos de trabalho como produção e reprodução da vida social

O que é trabalho? Esta pode parecer uma pergunta simples, mas, sem dúvida, fundamental para pensar a saúde do trabalhador. E, antes mesmo de tratarmos as questões de saúde dentro de um processo de produção e reprodução da vida social, se faz necessário uma aproximação com o conceito e com as determinantes históricas do trabalho no capitalismo. Então, o que vem a ser trabalho hoje?

Para responder a estas duas questões importantes, valemo-nos de Albornoz (1994), que afirma que, em português, os termos labor e trabalho, encontram na palavra trabalho ambas significações: a de realizar uma obra que o expresse, que dê reconhecimento social e permaneça além da tua vida; e a do esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, de resultado consumível e incômodo inevitável. Marx (2013), afirma que, o trabalho é presumido em uma forma que o caracteriza como ser exclusivo do ser humano, caracterizado por uma qualidade específica sendo diferente de um simples labor animal.

Em outras palavras, o que Marx (2013) destaca aqui é que a atividade humana direcionada a um fim, o trabalho humano, possui uma teleologia. O ser antevê o resultado na sua mente, antes de realizá-lo na natureza. Como podemos ver também em Albornoz (1994) que afirma que

Para muitos, o que distingue o trabalho humano dos outros animais é que neste há consciência intencionalidade enquanto os animais trabalham por instintos programados sem consciência. [...]. Sem dúvida a utilização de instrumento e a divisão social do trabalho chegam no homem a graus de complexidade e sofisticação muito superiores aos encontrados entre outros animais. Algo que definitivamente distingue o trabalho humano do esforço dos animais, embora para todos a primeira motivação possa ser a sobrevivência, é que no trabalho do homem há liberdade: posso parar de fazer o que estou fazendo, embora seja um servo, embora não me seja reconhecido o direito de greve, e embora ou venha a sofrer por causa deste meu gesto. Posso também fazer meu trabalho de muitas maneiras diferentes, se a máquina não o programar assim como o instinto faz com os outros animais (ALBORNOZ, 1994, p.12).

O trabalho segundo Marx (2013) é o processo entre o homem e a natureza, em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. É extremamente importante observar o desenvolvimento dos processos de trabalho ao longo da história pois segundo Marx “Os momentos simples do processo de trabalho são três, sendo em primeiro lugar, a atividade orientada a um

fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios.” (MARX, 2013, p. 327).

A mesma importância que as relíquias de ossos têm para o conhecimento da organização das espécies de animais extintas, têm também as relíquias de meios de trabalho para a compreensão de formações socioeconômicas extintas. O que diferencia as épocas econômicas não é “o que” é produzido, mas “como”, “com que meios de trabalho”, (MARX, 2013, p. 329/330).

É partindo desta proposta, que podemos buscar responder nossa primeira questão, e que buscaremos, adiante, pensar a segunda questão, qual seja, o que é o trabalho hoje? Sobre o processo de trabalho como atividade humana, em termos gerais, podemos dizer que, com ajuda dos meios de trabalho, o homem opera uma transformação do objeto do trabalho¹ segundo uma finalidade concebida desde o início, idealmente. Para Marx (2013), o processo se extingue no produto, ou seja o produto do trabalho passa a ter um valor de uso, um material natural adaptado às necessidades humanas por meio da modificação de sua forma. “O trabalho se incorporou a seu objeto. Ele está objetivado, e o objeto está trabalhado” (MARX, 2013, p. 330). O autor ainda ressalta que são os meios de trabalho que fornecem a medida do desenvolvimento das forças de trabalho e indicam as condições sociais nas quais se trabalha.

Em resumo, diz Marx (2013a), que

Num sentido mais amplo, o processo de trabalho inclui entre seus meios, além das coisas que medeiam o efeito do trabalho sobre seu objeto e, assim, servem de um modo ou de outro como condutores da atividade, também todas as condições objetivas que, em geral, são necessárias à realização do processo. Tais condições não entram diretamente no processo, mas sem elas ele não pode se realizar, ou o pode apenas de modo incompleto. (MARX, 2013, p.330).

Da feita que nos interessa apreender a relação entre o desgaste do trabalhador e o universo de precarização do trabalho na contemporaneidade, precisamos entender as particularidades do tempo presente neste processo, as particularidades

¹ Objeto do trabalho: Toda matéria-prima é objeto do trabalho, mas nem todo objeto do trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima quando já sofreu uma modificação mediada pelo trabalho. (Marx,2013)

do trabalho no capitalismo, para, em seguida, podermos discutir os avanços das forças produtivas e o universo da precarização.

O produto final jamais revelará o interior de todo o processo de produção, “Assim como o sabor do trigo não nos diz nada sobre quem o plantou, tampouco esse processo nos revela sob quais condições ele se realiza”. (Marx, 2013, p. 335).

O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independentemente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais. Por isso, não tivemos necessidade de apresentar o trabalhador em sua relação com outros trabalhadores, e pudemos nos limitar ao homem e seu trabalho, de um lado, e à natureza e suas matérias, de outro. (MARX, 2011, p. 218).

A medida em que o homem manipula natureza retirando matéria para ser transformada em algo que nutre as suas necessidades, não há neste processo uma preocupação de preservar a vida, uma vez que, para o capitalista, tudo é mercadoria. Ou seja, é um ciclo de produção e consumo de mercadoria. Com efeito, para que a sociedade exista, a natureza é imprescindível.

Toda e qualquer sociedade humana tem sua existência hipotecada à existência da natureza – o que varia historicamente é a modalidade da relação da sociedade com a natureza: variam, ao longo da história, os tipos de transformação que, através do trabalho, a sociedade opera nos elementos naturais para deles se servir, bem como os meios empregados nessa transformação. (NETTO, 2008, p.35)

Sendo assim falar do trabalho seria algo satisfatório uma vez que o trabalho é visto como a alavanca primordial para produção e reprodução da vida, mas o que vem acontecendo ao longo da história é uma degradação da vida tanto em termos sociais quanto ambientais, ou seja o trabalho dentro do modo de produção capitalista vem deteriorando as relações, causando um processo de destruição irreversível, já não podemos afirmar que o trabalho é o gerador da dignidade humana tendo em vista a combinação da precarização social, com adoecimento dos indivíduos e a destruição ambiental.

1.2 O processo de produção também como processo de formação de valor

Vimos, em termos gerais, o significado do trabalho como atividade estritamente humana, atividade orientada a um fim, e previamente idealizada para o atendimento de necessidades humanas. Agora, nos interessa analisar as determinações sociais deste trabalho no capitalismo. Segundo Marx. “O valor de toda mercadoria é determinado pela quantidade trabalho materializado, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção”. (MARX, 1843.). Isso vale também para o produto que reverte para nosso capitalista como resultado do processo de trabalho.

Na relação de venda da força de trabalho como uma mercadoria ao capitalista, muito embora o ser social não possa ser reduzido à mercadoria, para garantir a sua reprodução, para efetuar a compra dos meios de subsistência necessários a sua manutenção, o trabalhador aliena sua força de trabalho ao longo de uma jornada. No entanto, a jornada não findará quando o trabalhador tiver produzido o suficiente para a sua reprodução; o trabalhador não cessará de trabalhar quando tiver produzido os valores para a sua reprodução ou, conforme a alcunha típica do modo de produção capitalista, quando tiver produzido o suficiente para receber um salário. A jornada de trabalho para a qual o trabalhador foi contratado é, porém, maior do que o tempo de trabalho necessário para a reprodução da própria vida do trabalhador e é desta segunda parte da jornada de trabalho que brotará o ‘segredo’ da riqueza do capitalista. (MARX, 2013, p. 247)

Para Marx (2013), o segundo período do processo de trabalho, se dá quando o trabalhador opera além dos limites do trabalho necessário para a reprodução da própria vida do trabalhador, embora constitua trabalho, dispêndio de força de trabalho, não representa para ele nenhum valor. Gera a mais valia², que tem, para o capitalista, o encanto de uma criação que surgiu do nada. Sendo assim o valor de troca de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho aplicado em sua produção. Segundo Marx (2013), o próprio trabalho possui valor agregado que é determinado pelo custo de se manter o trabalhador vivo ou seja para sua subsistência, este custo será agregado no seu valor de troca final, dentro deste processo a força de trabalho se torna uma mercadoria, o produto final será vendido pelo valor de troca estipulado pelo mercado, mas para o capitalista não é suficiente que o valor do produto seja igual ao valor investido inicialmente pois têm por objetivo obter lucros, ele não conseguiria este lucro vendendo o seu produto mais caro que o mercado e é neste momento que

² Mais-Valia: A relação entre trabalho necessário e trabalho excedente fornece a magnitude da taxa de mais-valia (m') que é, decorrente, a taxa de exploração do trabalho pelo capital. (NETTO; BRAZ, 2008)

ocorre o fenômeno da mais valia, pois o trabalhador espera receber pelo tempo de trabalho gasto na produção de determinada mercadoria, mas o capitalista exige uma quantidade maior de força de trabalho do que paga, e o trabalhador é obrigado a trabalhar além do que foi proposto para receber o seu salário ou seja o processo de extração da mais valia perpassa pela exploração da força de trabalho.

Se, além disso, compararmos o processo de formação de valor com o processo de trabalho, veremos que este último consiste no trabalho útil, que produz valores de uso. O movimento é, aqui, considerado qualitativamente, em sua especificidade, segundo sua finalidade e conteúdo. O mesmo processo de trabalho se apresenta, no processo de formação de valor, apenas sob seu aspecto quantitativo. Aqui, o que importa é apenas o tempo que o trabalho necessita para a sua operação, ou o período durante o qual a força de trabalho é despendida de modo útil. (MARX, 2011, p..228)

O processo de produção segundo Marx (2013) está incorporado no processo de trabalho e o processo de valorização, sendo assim o produto como propriedade do capitalista passa a ser um valor de uso que é portador de um valor de troca. Um valor de uso feito para venda. Ou seja, produz-se valores de uso que na verdade são, para o capitalista, duas coisas. 1) um valor de uso que seja portador de valor de troca, pois primeiro ele quer produzir uma mercadoria, 2) ele quer uma mercadoria com o valor mais alto que o valor da soma das mercadorias gastas para produzir. Assim sendo, a exploração do trabalho é uma característica da sociedade capitalista, e as contradições manifestadas no modo de produção capitalista são alimentadas por um movimento ideológico capaz de confundir a essência com a aparência fazendo com que tudo se torne natural. Em síntese

O processo de produção, como unidade dos processos de trabalho e de formação de valor, é processo de produção de mercadorias; como unidade dos processos de trabalho e de valorização, ele é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias. (MARX, 2011, p. 230)

Ainda Falando um pouco sobre o processo de produção e reprodução da vida social, Segundo MARX.(2013).” Seja qual for a forma social de produção ela tem que ser contínuo ou percorrer periodicamente sempre de novo os mesmos estágios”

A produção capitalista não é tão somente produção e reprodução de mercadorias e de mais valia: é produção e reprodução de relações sociais[...], a produção capitalista supõe relações sociais no interior das quais existem sujeitos que podem comprar a mercadoria força de trabalho para empregá-la

na produção de mercadorias e sujeitos que são obrigados a vender força de trabalho, já que este é o único bem que possuem. Assim a produção capitalista só pode ter continuidade se também for contínua a produção das relações sociais que engendram aqueles sujeitos. (NETTO E BRAZ. 2008.pg.136).

Para LEFEBVRE (1973), “O que possibilitou a sobrevivência do capitalismo foi a ocupação e produção do espaço, lócus de realização das relações sociais, condição para a sua produção/reprodução e, ao mesmo tempo, fruto desse processo.

O poder da burguesia sobre o espaço é duplamente determinado: pela propriedade privada do solo (em função da fragmentação do espaço) e pela “globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio Estado”, levando à contradição inevitável entre o espaço abstrato e o espaço “imediatamente percebido, vivido, despedaçado e vendido” (Lefebvre, 2008, p. 57). Nesse sentido, é evidente que o espaço é político. (LEFEBVRE, apud BEVEDER, 2014, p. 353)

As transformações no processo produtivo objetivam contrariar as tendências capitalistas de queda da taxa de lucro e criar condições para continuidade do processo produtivo caracteristicamente capitalista. Estas mudanças recaem sobre o trabalhador seja na redução salarial, na precarização do emprego, desregulamentação das relações de trabalho. Transformações que, vivenciadas no mundo trabalho, resultam em um grande número de trabalhadores desempregados, forçados a realizar trabalhos precários e temporários para sobreviver. O que tem por consequência sérios prejuízos à sua condição de vida, refletindo diretamente na sua saúde, seja ela física, mental psíquica ou social.

Lançadas as bases de análise da saúde do trabalhador na contemporaneidade, buscaremos resgatar a trajetória deste campo de preocupação científica para sustentar futuras investigações.

1.3 - Avanço das forças produtivas e a trajetória da saúde do trabalhador.

Até aqui discorreremos sobre a lógica das mudanças que o sistema capitalista vem implementando para o avanço das forças produtivas, de maneira a garantir suas taxas de lucro. Mudanças que buscaremos compreender no capítulo seguinte como o conjunto de fenômenos que caracterizam a precarização social e do trabalho. Esta precarização se apresenta no contexto atual como um processo multidimensional de institucionalização da instabilidade caracterizado pelo crescimento de diferentes formas de precariedade e de exclusão. É notório principalmente em nosso país a intensificação de concessões e de privatizações em diversos setores acompanhados de uma intensa destituição de direitos políticos e sociais recentemente conquistados no país.

No capitalismo contemporâneo o mundo do trabalho é impactado com as reestruturações nos processos de produção. Hoje muitos trabalhadores perderam as garantias e direitos trabalhistas em função de fenômenos como a terceirização de atividades e serviços, que, dentre outras coisas, promove uma grande rotatividade no emprego, salários mais baixos. O ônus destas mudanças no mundo do trabalho em busca do fortalecimento do capital recai sobre a classe trabalhadora sob a forma de intensificação da exploração. Alguns autores analisaram estas novas formas de organização do trabalho, e perceberam o quanto estas mudanças têm afetado a qualidade de vida da classe trabalhadora. Segundo NETTO (2008). “As crises não interessam a nenhum sujeito na sociedade burguesa – nem aos capitalistas, e nem os trabalhadores. Entretanto, é evidente que seus impactos atingem de maneira muito diferente as classes sociais. Não há o mesmo custo para todos, os trabalhadores sempre pagam o preço mais alto, como veremos no capítulo seguinte. A partir deste pressuposto cabe resgatar a história da saúde do trabalhador dentro do processo produtivo, delineando o campo de investigação no qual se insere este estudo.

A saúde do trabalhador, com a conotação de campo de conhecimentos vinculados a programas de saúde, surge no final dos anos 1970, no Brasil, especialmente após o início dos debates sobre a reforma sanitária brasileira. Influenciada pelo movimento da reforma sanitária italiana, de forte inspiração operária, e moldada nos pilares da medicina social latino-americana, a expressão “saúde do trabalhador” se assume como campo de conhecimentos e de intervenção sobre os determinantes e condicionantes do processo saúde-doença originados nos processos produtivos e suas implicações sociais diretas e indiretas sobre os trabalhadores, suas vidas e suas famílias. Até então, as referências técnico-científicas e político-institucionais sobre as

questões da relação saúde-trabalho repousavam, exclusivamente, sobre os campos da medicina do trabalho e da saúde ocupacional (Ocupacional Health, na literatura internacional), compreendida esta última como campo de abrangência sobre a própria medicina do trabalho e outros campos afins, tais como a engenharia de segurança e a ergonomia. (VASCONCELLOS; RIBEIRO, 2011, p. 424).

A história das conquistas dos direitos trabalhistas foram marcadas por grande lutas da classe trabalhadora sobretudo para a sobrevivência no trabalho. Segundo Vasconcellos (2011), a saúde ocupacional, enquanto campo de ação preventiva e reparadora dos danos à saúde no trabalho, teve sua origem mais remota na medicina do trabalho clássica, nascida no decurso da Revolução Industrial, e se consolida nos anos subsequentes como uma das vertentes mais primitivas do direito trabalhista. Para o autor estas são conquistas das lutas dos trabalhadores, que aos poucos se organizaram e desta forma exigiram melhores condições de saúde e de vida no trabalho.

As regras do direito trabalhista direcionadas à saúde buscaram, desde sua concepção, preservar o corpo trabalhador, de modo a manter a força de trabalho e a sua capacidade de reprodução. Com a evolução das lutas dos trabalhadores, sempre no sentido de expandir os seus direitos, surgiu o direito previdenciário, como resposta às necessidades de reparação ao dano à saúde provocado pelo trabalho, especialmente pelo fato de que as regras de preservação da saúde não eram capazes de impedir os danos (VASCONCELLOS, 2011, p. 403).

Ao longo da história os processos produtivos sofreram grandes modificações, tanto no ambiente de trabalho como na incorporação de novas tecnologias e, para Vasconcellos (2011), passaram a exigir abordagens técnicas que superassem o enfoque restrito da medicina do trabalho clássica. Assim, a saúde ocupacional surge em meados do século XX visando suprir insuficiências técnicas, disciplinares e metodológicas de preservação da saúde no trabalho” (MENDES; DIAS, 1991, p. 341). A partir deste momento, disciplinas como as engenharias, a ergonomia e a psicopatologia passam a fazer parte da formulação da regra protetora da força de trabalho.

A saúde do trabalhador surgiu como fruto de uma crítica ao modelo trabalhista-previdenciário histórico, cuja identidade está fortemente vinculada aos campos técnicos da medicina do trabalho e da saúde ocupacional. Nessa linha crítica e contra hegemônica, as principais iniciativas de luta por ampliação dos direitos à saúde no trabalho ocorreram na Itália, a partir dos anos 1960, com o surgimento do movimento operário italiano, apoiado pelo Partido Comunista Italiano. A configuração de um novo modelo de abordagem das relações saúde-trabalho foi sendo estruturada pela organização operária com a concorrência de intelectuais acadêmicos e atores

políticos, resultando no denominado “Modelo Operário Italiano” (MOI), que chegou até nossos dias (VASCONCELLOS, 2011 p. 406).

Se faz necessário para o seguimento do debate observar as diferenças entre a saúde ocupacional e a saúde do trabalhador, tendo em vista, que a saúde do trabalhador não está vinculado somente dentro do processo produtivo, pois a saúde do trabalhador é um processo social e está vinculado a produção e reprodução da vida.

As diferenças do comportamento científico entre a saúde do trabalhador e a medicina do trabalho e da saúde ocupacional seriam marcadas pela incapacidade destas últimas de resolverem os problemas de saúde decorrentes dos processos produtivos, ao centrar seu comportamento na legitimação dos riscos e ao atuar como braço de perpetuação da hegemonia dos processos de sustentação dos determinantes dos danos na relação saúde-trabalho, na medida de sua atuação como elemento filtrante da aferição da intensidade dos danos à saúde (VASCONCELLOS; PIGNATI, 2006, p.409).

Podemos analisar que a medicina ocupacional atua como medida de controle do corpo do trabalhador tendo como foco os agentes de risco e em certa medida uma exposição controlada do indivíduo, e quando se fala de saúde do trabalhador estamos ampliando os horizontes pois é uma atuação no sujeito coletivo, a partir da organização do trabalho sempre buscando ferramentas de intervenção dentro dos processos históricos.

O objeto da saúde do trabalhador pode ser definido como o processo saúde e doença dos grupos humanos, em sua relação com o trabalho. Representa um esforço de compreensão deste processo - como e porque ocorre - e do desenvolvimento de alternativas de intervenção que levem à transformação em direção à apropriação pelos trabalhadores, da dimensão humana do trabalho, numa perspectiva teleológica. Nessa trajetória, A saúde do trabalhador rompe com a concepção hegemônica que estabelece um vínculo causal entre a doença e um agente específico, ou a um grupo de fatores de risco presentes no ambiente de trabalho e tenta superar o enfoque que situa sua determinação no social, reduzido ao processo produtivo, desconsiderando a subjetividade [...], Nessa perspectiva, e com as limitações assinaladas, a saúde do trabalhador considera o trabalho, enquanto organizador da vida social, como o espaço de dominação e submissão do trabalhador pelo capital, mas, igualmente, de resistência, de constituição, e do fazer histórico (MENDES; DIAS, p.347).

A partir do intenso processo de mudanças sociais estamos apontando alguns aspectos relevantes na relação trabalho x saúde. Pensando na saúde do trabalhador nota-se que este é um processo em construção no espaço da saúde pública, sabemos que este debate é uma aproximação de uma prática que busca a sua hegemonia enquanto área, neste contexto os trabalhadores desempenham o papel principal, pois eles são os que produzem e reproduzem a vida social, e na relação de saúde x trabalho os trabalhadores estão em busca do controle das condições e os ambientes de trabalho para torná-los mais “saudáveis” (MENDES, DIAS, 1991). Vale ressaltar que a trajetória da saúde do trabalhador é um processo lento de grandes desigualdades tendo em vista o interesse do grande capital, o reconhecimento da saúde do trabalhador enquanto saúde pública já mostra um grande avanço neste cenário pois a partir do debate aqui exposto (LAURELL; NORIEGA, 1989), percebemos que a saúde do trabalhador está para além do ambiente de trabalho, a saúde do trabalhador, ou, melhor dizendo, a doença do trabalhador, apresenta-se como um dos rebatimentos da questão social. Sendo assim, cabe aqui apresentar algumas questões importantes vivenciadas pelos trabalhadores na luta por direitos trabalhistas para a melhora de seus locais de trabalho, e, também como esta luta vem causando modificações na forma de se tratar a relação saúde x trabalho. No lastro dessas lutas, destacam-se as conquistas do MOI, (Movimento Operário Italiano), que foi um dos propulsores da luta em prol dos direitos trabalhista e da saúde do trabalhador. O movimento trouxe em seus princípios a estruturação de grupos hegemônicos de risco para conhecer as condições de trabalho; a criação de instrumentos de avaliação, como o mapa de riscos; a incorporação dos trabalhadores como sujeitos da transformação dos processos e ambientes de trabalho”; (VASCONCELLOS, 2007). Neste contexto a relação saúde x trabalho passa a ser de modo explícito problema de saúde pública cuja responsabilidade recai sobre o aparelho de Estado no âmbito da saúde e não somente nos âmbitos do trabalho e da previdência, levando em consideração que as doenças ocupacionais se manifestam a longo prazo.

A consciência que reconhece que a força de trabalho faz parte de uma engrenagem social, e que sem ela o patrão não pode se reconhecer como tal, é um processo que implica amadurecimento político e cultural e, por isso, lento. (PAIVA; VASCONCELLOS, 2011, p. 383).

Tendo em vista a trajetória da classe trabalhadora na Itália, percebe-se um grande avanço no mundo do trabalho, e o seu protagonismo fez com que o tema da saúde do trabalhador ultrapassasse as fronteiras. Para Paiva e Vasconcellos

O legado do movimento operário italiano, que deu origem ao modelo da saúde do trabalhador, move o debate brasileiro sobre as relações saúde-trabalho. Não há como dimensionar a influência do MOI nos distintos países, mas é na América Latina que se tem um campo fértil de ideias originadas naquelas lutas. E o Brasil, não é temeroso afirmar, é o país latino onde uma ideologia da saúde do trabalhador, inspirada no modelo italiano, institucionalizou-se de forma mais visceral. Tanto a produção de conhecimentos, no âmbito acadêmico, quanto a instituição de políticas públicas das relações saúde-trabalho passam, em algum momento, com maior ou menor intensidade, pelos princípios do MOI. (PAIVA; VASCONCELLOS, 2011, p.393).

O resgate da trajetória das lutas dos trabalhadores em busca de um ambiente de trabalho menos insalubre³, nos leva a pensar que ao longo da história a classe trabalhadora busca incessantemente a sua emancipação e autonomia, e que a cada conquista o sistema impõe uma nova luta. Somente através do conhecimento que poderemos avançar na análise do fenômeno que relacionam trabalho x saúde, uma vez que saúde não é simplesmente ausência de doença mas qualidade de vida, e a qualidade de vida dos trabalhadores dentro do sistema capitalista a cada dia está ameaçada tanto física, psíquica como mentalmente, pois como já foi descrito as mudanças dentro dos processos de produção capitalista em busca de uma reestruturação e o aumento da taxa de lucro vem causando um adoecimento generalizado dos trabalhadores. Isso porque a partir do momento que o trabalho se intensifica, as condições de trabalho se tornam cada vez mais precárias, a vida dos trabalhadores é ceifada. Por um lado o trabalhador é obrigado a aceitar as condições de trabalho devido ao grande número de trabalhadores desempregados, por outro lado não há interesse do grande capital em favorecer a classe trabalhadora. Neste contexto, a força de trabalho está exposta à “lei da oferta e da procura”, porque sob o julgo da alienação do trabalho capitalista, temos a força de trabalho como mercadoria, desumanizando a relação. A partir deste pressuposto, no próximo capítulo iremos adentrar nos elementos da precarização que elencamos mais candentes para este estudo, quais sejam, a intensificação do trabalho e a terceirização.

³ Adjetivo masculino e feminino Que não faz bem à saúde; diz-se do local cujas condições são prejudiciais à saúde; deletério. [Direito] Que pode causar danos à saúde do trabalhador.

A partir deste próximo capítulo iremos tratar especificamente destes elementos que compõem a reestruturação produtiva, identificados como precarização do trabalho, pois nesta atual conjuntura, onde as relações de trabalho são cada vez mais flexíveis e o desemprego tem alcançado níveis exorbitantes, o trabalhador assalariado se vê obrigado a desenvolver várias funções, o que alguns autores caracterizam como polivalência. Com o avanço das forças produtivas, alguns fenômenos sociais nos chamam bastante atenção, fenômenos que estão intimamente ligados à saúde física e mental do trabalhador, segundo HIRATA (2011), dois destes fenômenos merecem atenção na análise da relação entre saúde e trabalho: A intensificação do trabalho e o trabalho precário.

O trabalho precário conduz à intensificação do trabalho, porque há uma ameaça sobre os trabalhadores estáveis dos que estão desempregados e que procuram trabalho, e estão dispostos, de certa forma, a aceitar condições salariais e condições de trabalho mais difíceis e mais penosas. Ao mesmo tempo, essa intensificação é também o resultado das novas formas de organização do trabalho e da produção. Trata-se de organizações flexíveis do trabalho e da produção, essenciais para a própria reprodução do sistema de trabalho e de emprego no momento atual. (HIRATA. 2011.p.18)

Se por um lado o trabalhador assalariado detinha alguns direitos a partir do trabalho. Este mesmo trabalhador com o processo de terceirização e subcontratação se vê obrigado a abrir mão dos direitos para garantir seu emprego, mas as condições deste emprego a cada dia se torna mais precário, e é justamente neste processo de precarização que as condições de saúde e segurança são diretamente afetados. Como nos diz Helena Hirata:

O trabalhador estável, com emprego regular e com contrato por tempo indeterminado, pode encontrar-se em situação de precariedade, conforme os novos empregos criados no Brasil, a partir de 2005, dada a baixa remuneração (salário mínimo). Já notamos (Hirata, 2009) que um dos critérios de trabalho precário, para além da falta de proteção social e de direitos associados ao emprego, são os baixos salários ou o número reduzido de horas de trabalho. (HIRATA, 2011, p. 20)

Segundo Helena (2011), esta intensificação do trabalho ocorre também devido as novas organizações do trabalho e da produção, para a autora a organização flexível do trabalho e da produção se torna uma ferramenta essencial para a reprodução do trabalho de emprego no momento atual.” O resultado dessa intensificação é duplo: em primeiro lugar, danos múltiplos à saúde física e psíquica; em segundo lugar, aumento

da distância entre assalariados e desempregados e, de modo mais amplo, entre os trabalhadores e aqueles que se encontram sem emprego.”. O que vimos até aqui nos mostra o quanto as relações flexíveis de produção nos tempos atuais demarcam mudanças estruturais na vida dos trabalhadores, uma vez que o trabalhador é obrigado a aceitar condições de trabalho precários e salários cada vez mais baixos. Este processo acarreta uma precarização não só nas condições de trabalho e produção, mas também nas relações sociais. Dando segmento ao debate vamos agora nos aproximar da relação terceirização/precarização e o mercado de trabalho.

CAPÍTULO 2 – PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A RUÍNA DA SAÚDE DO TRABALHADOR

No capítulo anterior tratamos de compreender o trabalho em sua forma simples, como também sob as complexas determinantes do trabalho no capitalismo. Apresentamos elementos característicos dos processos de trabalho que devem ser observados para uma análise das diferentes cargas. Definimos também o desgaste como elemento de análise dos processos de adoecimento do trabalhador.

Com o avanço das forças produtivas e o aumento da produtividade do trabalho ao longo das últimas décadas, alguns fenômenos sociais nos chamam bastante atenção, fenômenos que estão intimamente ligados à saúde física e mental do trabalhador. Segundo Hirata (2011), dois destes fenômenos merecem atenção na análise da relação entre saúde e trabalho: A intensificação do trabalho e o trabalho precário, dentro destes processos, as grandes empresas tendem a reduzir o número de funcionários com conseqüente aumento da carga horária para potencialização de seus lucros. Esta redução de postos de trabalho se dá devido ao incremento de tecnologia e a necessidade de um trabalhador qualificado, para atender as demandas de produção, todo este processo demarca a reestruturação produtiva, que é uma das características do processo de fortalecimento do modo de produção capitalista que tem no seu bojo a apropriação do valor agregado da força de trabalho, pois a força de trabalho é uma mercadoria que gera valor.

A partir deste pressuposto queremos avançar no sentido de buscar entender, como estes fenômenos dentro precarização das relações de trabalho afetam a vida do trabalhador? Entretanto a partir das leituras percebemos que são vários os fenômenos que acarretam mudanças na vida do trabalhador, nos limites deste trabalho de conclusão de curso, vamos destacar duas determinantes da precarização, que acreditamos ser mais urgentes de investigação no campo da saúde do trabalhador, pela maciça presença observável na nossa região dos inconfidentes: A terceirização e a intensificação do trabalho. Vejamos.

1.1-Terceirização

Para muitos analistas há uma dificuldade de definição para o termo terceirização, devido à dificuldade de caracterizar qual o lugar ocupado pela terceirização na fase de reestruturação neoliberal do capitalismo.

A palavra “terceirização” é um neologismo; sua origem é o latim terciariu, derivada do ordinal tertiarium. Ao que tudo indica, esse neologismo é uma exclusividade brasileira; em todos os outros países, o termo usado refere-se à relação entre as duas empresas, ou seja, é sempre a tradução da palavra subcontratação: em francês, soustraitance, em italiano, subcontrattazione, em espanhol subcontratación, no inglês, outsourcing, em Portugal, subcontratação (MARCELINO; CAVALCANTE, 2012, p. 333).

Segundo Marcelino e Cavalcante (2012), dadas as condições básicas de funcionamento de qualquer economia capitalista e da produção complexa em larga escala, dentro de um processo de globalização, há uma tendência de que as empresas busquem por trabalhos cada vez mais especializados para o aumento da produção e qualidade de seus produtos, sendo assim elas passam, a subcontratar força de trabalho. Para Marcelino (2012), uma definição de terceirização não pode basear-se na especialização da terceira.

Toda vez que uma empresa resolve subcontratar, o que ela faz é transferir para outra os riscos e parte dos custos com a contratação da força de trabalho (os trabalhadores, os terceiros). Isso porque o contrato deixa de ser trabalhista (empresa x trabalhador) e passa a ser comercial ou civil (empresa x empresa). Tal acontece se a empresa subcontratada é ou não especialista na função, se o contrato dela com seus trabalhadores é ou não por tempo indeterminado, se a relação entre contratante e subcontratada é ou não duradoura. (MARCELINO, 2012, p. 60).

Neste contexto as empresas contratantes deixam de ser responsáveis, diretamente, por parte da produção ou dos serviços a ela ligados, desta maneira a terceirização se tornou o mais importante recurso estratégico das empresas para gestão (e redução) dos custos com a força de trabalho, a terceirização é, por assim dizer, todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, é a relação onde o trabalho é realizado para uma empresa, mas contratado de maneira imediata por outra, entendemos com isto que não importa em qual âmbito ela aconteça seja federal ou privado, o que importa é que a terceirização sempre será

subcontratação da força de trabalho, e este processo de subcontratação ao longo da história vem marcando as relações de trabalho como precarização.

Uma das principais características da terceirização, que a torna um poderoso instrumento de redução dos custos com a força de trabalho, é o fato de que os contratos deixam de ter natureza trabalhista e passam a serem *civis* ou *mercantis*. (MARCELINO, 2012, p. 64).

Não podemos deixar de falar da terceirização em cascata ou quarteirização que nada mais é que o processo de subcontratação feita por empresas já subcontratadas. Para Marcelino. (2012) “Se o objetivo da subcontratação é sempre diminuição dos custos com a força de trabalho, é fácil imaginar as consequências da terceirização em cascata na precarização das condições de utilização e remuneração”, , cabe mostrar o quanto a terceirização vem se ampliando a cada dia e este processo se concretiza a partir do apoio do Estado, como nos diz a Nota técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) DE 2017

A aprovação da Lei 13.429/2017, combinada a outras medidas propostas no Projeto de Lei 6.787/2016, de alteração da CLT, e a Proposta de Emenda Constitucional 287, que trata da reforma da Previdência, afetará drasticamente, para pior, as condições de vida dos trabalhadores brasileiros. Além disso, alterará a estrutura do mercado de trabalho, aprofundando a heterogeneidade, a rotatividade e as desigualdades já existentes. Em consequência, serão ampliadas as desigualdades sociais no país. (DIEESE, 2017, p.11).

Alguns dados nos mostram o quanto a terceirização vem crescendo a cada ano e com isto as relações de trabalho se tornam mais precárias acarretando um alto índice de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Segundo a Nota técnica do Dieese, (2017) a participação dos afastamentos por acidentes de trabalho típicos é mais elevada nas atividades tipicamente terceirizados do que nas tipicamente contratantes, chegando a ser duas vezes mais altas em alguns casos, tudo isto somado às diferenças salariais e condições precária de trabalho. Neste sentido o DIEESE⁴ traz uma questão que devemos nos preocupar.

⁴ O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos é uma instituição de pesquisa, assessoria e educação do movimento sindical brasileiro, fundada em: 22 de dezembro de 1955 (63 anos), Razão social: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Caso haja uma regulamentação irrestrita da terceirização, permitindo-se que ocorra em qualquer etapa da atividade produtiva das empresas e, além disso, a quarteirização, é provável que as diferenças aqui identificadas se aprofundem, com aumento da precarização das condições de trabalho e de remuneração. Se isso ocorrer, poderá haver uma piora na própria distribuição de renda no país, além de aumento da insegurança entre os trabalhadores, num momento de agravamento da recessão e em que o governo federal propõe reformas institucionais restritivas de direitos, como a previdenciária e a trabalhista. (DIEESE, 2017, p. 24).

Como já havíamos citado, a terceirização implica em redução de custo e perdas dos direitos e precarização das condições de trabalho, esta precarização não colabora com as regras rígidas determinadas pela organização do trabalho (produtividade acelerada), esta demanda produtiva implica em riscos de acidentes e o aumento do sofrimento pela vivência de sentimentos como ansiedade, medo e insatisfação como nos diz Antunes e Praun:

Em contraposição ao discurso empresarial que justifica a terceirização como parte da “modernização” das empresas na era da globalização visando maior “especialização” das atividades produtivas. [...]. As mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas resultaram na constituição de um exército de trabalhadores mutilados, lesionados, adoecidos física e mentalmente, muitos deles incapacitados de forma definitiva para o trabalho. (ANTUNES; PRAUN, 2015, p.423).

Segundo Antunes, (2015), a terceirização tornou-se um dos elementos centrais do atual processo de precarização e se faz presente praticamente em todos os ramos, setores e espaços do trabalho como forma de gestão/organização/controle da força de trabalho, devido a esta tendência de uma terceirização total, a informalidade se expande em todas as partes do mundo e a terceirização constitui-se em um dos seus principais mecanismos. Antunes, (2015).

Ao longo deste processo os trabalhadores e trabalhadoras presenciam a cada dia um aumento nos níveis de precarização do trabalho, que segundo o autor, os níveis máximos de precariedade ainda estão longe do que a lógica destrutiva dos capitais busca implementar, a precarização se manifesta em vários aspectos de acordo com a organização do trabalho, e um dos aspectos mais relevante é a terceirização.

Até aqui pudemos analisar a terceirização como fenômeno determinante da precarização do trabalho, agora, cabe seguirmos com nossa proposta, apresentando outra característica marcante da precarização na contemporaneidade, a intensificação

do trabalho. Em seguida abordaremos a relação entre precarização e o adoecimento do trabalhador.

1.2- Intensificação do trabalho

O processo de intensificação do trabalho pode ser melhor percebido nas últimas décadas, sobretudo no final dos anos 1980 e início dos anos de 1990, devido a reestruturação produtiva capitalista. Esta torna-se um fenômeno global, abrangendo inúmeras categorias profissionais. Esta Reestruturação ocorreu em diversos países, abarcando processos como a terceirização e a intensificação do trabalho, todos estes processos são frutos do desenvolvimento capitalista, e a medida em que avançamos em nossa análise bibliográfica relacionada as mudanças ocorridas nos processos de trabalho dentro da sociedade capitalista, percebemos uma tendência de intensificação do trabalho. Neste sentido faremos uma aproximação do que vem a ser intensificação do trabalho?

Intensificação pressupõe aumento da intensidade do trabalho mas sua definição não é redutível a esse aumento; o que se destaca é o processo pelo qual se obtém esse aumento em uma determinada situação concreta. No capitalismo, o processo de trabalho representa o próprio processo de exploração do trabalho. Intensificação do trabalho constitui uma dimensão social particular da exploração, distinta da força produtiva (produtividade) e do prolongamento da jornada de trabalho (PINA; STOTZ, 2012, p.153).

Para os autores, o capital desenvolve processos para se intensificar o trabalho, tais como: O aperfeiçoamento da maquinarias, destruindo o antigo trabalho manufatureiro, bem como o trabalho artesanal, o prolongamento da jornada, a expropriação técnica e social do conhecimento exclusivo do trabalhador no manejo de suas habilidades e ferramentas específicas, esta última se caracteriza pela captura da subjetividade do trabalhador, “Trata-se, da instituição da dinâmica tendente a ampliar a subordinação do trabalhador pelas exigências de aprendizado/reaprendizado e de sua adaptação ao movimento contínuo e acelerado dos meios e dos métodos de produção” (PINA; STOTZ, 2014,pg,154), o banco de horas, extensão do número de horas por turno de trabalho (por exemplo, com a mudança de turma do trabalhador) e a dissociação dos tempos dos homens dos períodos de operação das máquinas, por meio da extensão

da produção em tempo integral aos sábados, domingos e feriados e em horários noturnos, sendo assim a finalidade deste prolongamento representa, para os autores, a não interrupção do fluxo produtivo, elevando o ritmo de trabalho eliminando os intervalos (porosidade) no processo de trabalho, sejam estes intervalos intra ou interturnos, quer dizer, na virada do turno de trabalho.

Como vimos, o processo de intensificação do trabalho corresponde a uma dimensão particular da exploração do trabalhador, segundo os autores este processo se concretiza pela expropriação do conhecimento do trabalhador para se obter um quantum de trabalho em um determinado período de tempo. Para Dal Rosso (2011), a intensidade é uma condição geral de qualquer tipo de trabalho humano, mesmo o trabalho não assalariado é realizado segundo um grau de envolvimento do indivíduo ou intensidade, a grande diferença se dá no controle sobre o grau de intensidade do trabalho realizado. No trabalho assalariado o controle foge das mãos do indivíduo, sendo o contratante da força de trabalho que organiza todo o trabalho. Dada a sanha capitalista por lucro, e este relacionar-se a exploração do trabalho, esta organização, sob a tutela do capitalista se dá de maneira a elevar ao máximo sua intensidade (DAL ROSSO, 2011).

Ao longo de todo processo de trabalho as empresas irão elaborar várias maneiras para alcançar maiores resultados dentro da dinâmica competitiva do mercado. Porém Dal Rosso (2011), ressalta que “Há que se questionar os limites para a intensificação do labor. Por mais flexível que seja o trabalhador impõem-se determinados limites individuais e coletivos”. Para o autor, o que se coloca em cheque são as condições do trabalho na contemporaneidade, e se estas condições não estariam produzindo um determinado perfil de problemas de saúde, distinto de momentos anteriores. DAL ROSSO, (2011). Para o autor, a esta suspeita estende-se o entendimento de que a organização do trabalho industrial causou e continua a causar, ao passo que produz, determinados tipos de acidentes. Com seus processos de trabalho tendo a finalidade no lucro, doenças e problemas com o corpo e mente daqueles que realizam o trabalho são tão comuns quanto uma falha eletro/mecânica. “Por prevalecer, na sociedade industrial, o trabalho material, as condições de saúde, de adoecimento e outros problemas sociais carregam as marcas próprias das determinações que as geram, isto é, da materialidade do fazer” (DAL ROSSO, 2011, p.78).

Elevação e redução da intensidade do trabalho não são tendências que operam aleatoriamente. Os modos, os modelos, os sistemas, as escolas de organizar o trabalho, que conseguem tornar-se hegemônicos, tendem a manter-se por períodos mais longos, ou seja, preservam-se na medida em que sua capacidade de produzir mais valor responde às necessidades de acumulação (DAL ROSSO, 2011, p. 150).

Segundo Dal Rosso (2006), duas condições contemporâneas alteram esse padrão industrial da relação saúde e trabalho. O deslocamento de maior parte da força de trabalho para o setor subsidiário à indústria terciárias ou atividades inteiramente de serviços, materiais e/ou imateriais, segundo o autor A transição entre indústria e serviço é uma transformação profunda, ampla, lenta e de implicações mundiais.

Quaisquer que sejam as condições de sua realização, o trabalho está sendo transformado pela exigência de mais resultados materiais ou imateriais, o que implica que o agente deve empenhar mais de suas energias físicas, mentais ou sociais na obtenção de mais resultados, de mais elevados objetivos, em suma, de mais trabalho. Sem que envolva propriamente alongamento de jornada, o trabalho em si começa a ficar mais denso, mais intenso, mais produtivo, aumenta a geração de mais trabalho e de valores. (DAL ROSSO, 2006, p.78).

Ainda tratando da intensificação do trabalho relacionada a saúde do trabalhador, Dal Rosso (2006) ressalta que, das especificidades do trabalho contemporâneo, ao que parece, têm surgido um conjunto de problemas de saúde de natureza diversas, às atividades materiais. Tudo isto devido as exigências emocionais e mentais do trabalho. Ou seja, além dos problemas de saúde ligados ao corpo em termos de acidentes, lesões físicas e doenças permanentes, ligados aos problemas que teriam um perfil de problemas típicos da sociedade industrial, estas diferentes características do trabalho contemporâneo – relacionadas ao aumento de atividades imateriais –, intensificadas, estariam configurando um outro padrão de problemas trabalho-saúde. Para o autor, esta é a origem da hipótese de aumento de doenças mentais relacionadas ao trabalho.

Com o exposto acima, compreendemos que a cada dia tendem a surgir novas doenças relacionadas as novas formas de trabalho, neste contexto se torna necessário um amplo estudo das áreas afins em busca de minimizar o impacto na vida do trabalhador.

Até aqui a intensificação do trabalho e saúde do trabalhador como objeto de estudo tem se apresentado como algo extremamente complexo: Segundo PINA; STOTZ, (2014), devido ao fato de que nenhum elemento do processo de trabalho parece escapar à intensificação do trabalho e, de outro, por causa da diversidade de problemas e agravos a saúde ligados a intensificação, para LAUREL; NORIEGA, (1989), O conceito de desgaste está referido ao processo de exploração do trabalhador, por conseguinte podemos aproximar os sentidos de desgaste e intensificação do trabalho.

A partir deste pressuposto nos resta agora analisar dentro de nosso trabalho a questão da precarização das relações de trabalho para que possamos buscar compreender que o desgaste mental do trabalhador dentro desta nossa sociabilidade se configura a partir de vários elementos que compõem os processos de trabalho.

1.3-Precarização e o desgaste mental do trabalhador

A precarização das relações de trabalho se dá sobre vários aspectos, sobretudo a partir da terceirização. Como já vimos no subitem anterior este processo se materializa quando uma empresa demite os funcionários de um determinado setor com a finalidade única e principal de substituí-los por mão-de-obra terceirizada. Nesses casos, incita a redução da remuneração e dos benefícios e garantias dos trabalhadores em razão da ausência de vinculação direta junto à empresa que utiliza sua mão de obra, esta precarização das relações de trabalho transforma o trabalho em uma atividade totalmente desgastante.

Seria alentador abordar o trabalho como meio de vida e de conquista da dignidade humana. Poder divisar o alívio do esforço/sofrimento no trabalho em face dos avanços tecnológicos e do conhecimento científico na história da humanidade. Contudo, o que se constata no mundo real do trabalho é um distanciamento crescente entre práticas organizacionais e direitos sociais conquistados. É o paradoxo que encerra o trabalho contemporâneo: sua combinação com precarização social, com adoecimento dos indivíduos e destruição ambiental. (FRANCO; DRUCK; SILVA 2010 p. 230.)

A precarização social e do trabalho, nesse contexto, se apresenta como um processo multidimensional de institucionalização da instabilidade caracterizado pelo crescimento de diferentes formas de precariedade e de exclusão. Ela se apoia na

diminuição dos custos de produção a partir da flexibilização do trabalho, que se instaura pela via da precarização do trabalho. Esse processo atua diretamente na transformação e na flexibilização do direito do trabalho, reduzindo as políticas de proteção social e de cidadania da população nomeada “excluída” pelo discurso político (THÉBAUD-MONY, 2000). Para Machado, Giongo e Mendes (2016, p.229), as mudanças que ocorreram – e continuam em curso – no mundo do trabalho, a que incluímos as marcadas pelo processo de terceirização e intensificação do trabalho, impactam inclusive nos modos de sofrimento, acidentes e mortes de trabalhadores.

A medida que nos aproximamos dos estudos relacionados aos processos de desgaste da classe trabalhadora, percebemos que as mudanças no mercado de trabalho por meio da reestruturação produtiva a partir da terceirização e intensificação do trabalho segundo Franco e Druck (2010), se intensificaram a partir da década de 1980, com a redução drástica dos segmentos mais estáveis de trabalhadores, compondo uma rede de trabalhos precários. Para as autoras a precarização é algo multidimensional que altera a vida dentro e fora do trabalho, “são processos de dominação que mesclam insegurança, incerteza, sujeição, competição, proliferação da desconfiança e do individualismo, sequestro do tempo e da subjetividade.” FRANCO; DRUCK, (2010). Com a precarização os trabalhadores demitidos são reintegrados ao mercado de trabalho sobre várias formas de terceirização, seja por contratos temporários ou dos contratos em tempo parcial, assim, as abordagens foram ampliadas, passando a englobar tanto os trabalhadores do núcleo estável, quanto a cascata de terceirizados, compondo uma rede de novas relações de trabalho marcadas pela crescente precarização. FRANCO; DRUCK, (2010).

Os autores sinalizam para algumas dimensões deste binômio precarização/terceirização, que afetam diretamente a classe trabalhadora, sendo a perda dos direitos trabalhista, tais como: descanso remunerado, férias anuais remuneradas, referenciais de jornada de trabalho normal e de horas extras. Envolve, ainda, as perdas de benefícios indiretos – planos de saúde, transporte, alimentação, auxílio educação, dentre outros –, bem como as perdas salariais, em geral, pela não adoção/cumprimento ou defasagem em relação aos acordos coletivos da categoria de trabalhadores mais “estáveis”. Em relação a organização e as condições de trabalho, são criadas metas inalcançáveis, ritmo de trabalho intenso impulsionado pelo patamar tecnológico da microeletrônica, o aumento da competitividade, pressão de tempo, somada à intensificação do controle ou da instrumentalização do medo à demissão

conduzem à intensificação do trabalho, precarização da saúde dos trabalhadores, o que incide de modo marcante na saúde mental, que é indissociável da saúde como um todo. Trata-se da fragilização – orgânica, existencial e identitária – dos indivíduos pela organização do trabalho com intensificação da multiexposição. (FRANCO, TÂNIA.DRUCK GRAÇA. 2010). As autoras seguem afirmando que a precarização é um fenômeno que vem afetando a sociedade como um todo, a precarização do trabalho não se restringe apenas à dimensão econômica. De forma multidimensional, deteriora todo o tecido social [...].

No âmbito de uma sociedade salarial – a despeito da destruição do emprego – o trabalho ainda se mantém como referência para a construção das identidades sociais e passaporte para educação, cultura, lazer, saúde etc. Delineia-se, portanto, uma era de precarização global que consolida a perda da razão social do trabalho, com sérios impactos no imaginário social, gerando violência e adoecimentos, caracterizando uma condição de vulnerabilidade. (FRANCO; DRUCK; SILVA, 2010, p. 234).

Quando falamos das dimensões em que a sociedade é afetada a partir do binômio terceirização/precarização, destacamos a dimensão que as autoras citadas acima tratam como a fragilização do reconhecimento social, da valorização simbólica e do processo de construção das identidades individual e coletiva. A partir deste não reconhecimento social em uma sociabilidade em que o trabalho ainda ocupa um espaço/tempo central na vida social e individual, a precarização tende a dificultar a construção da identidade tornando mais complexo o processo de alienação e estranhamento do trabalho, isto faz com que as relações se tornem extremamente descartáveis favorecendo assim o processo de competitividade de todos contra todos fragilizando os vínculos, a partir do momento em que se afeta a identidade individual e coletiva conseqüentemente os grandes agentes sociais como os sindicatos naturalmente são impactados, devido a divisão crescente das categorias profissionais, cada uma com o seu sindicato, com atuações competitivas entre si, isto faz com que ocorra uma grande fragilidade nos movimentos sindicais possibilitando o aumento da vulnerabilidade social quanto a individual. FRANCO; DRUCK; SILVA (2010)

No âmbito de uma sociedade salarial – a despeito da destruição do emprego o trabalho ainda se mantém como referência para a construção das identidades sociais e passaporte para educação, cultura, lazer, saúde etc. Delineia-se, portanto, uma era de precarização global que consolida a perda da razão social do trabalho, com sérios impactos no imaginário social, gerando violência e adoecimentos, caracterizando uma condição de vulnerabilidade e desfiliação social. (FRANCO; DRUCK, SILVA, 2010, p. 233-234).

Se por um lado o trabalhador assalariado detinha alguns direitos a partir do trabalho. Este mesmo trabalhador com o processo de terceirização e subcontratação se vê obrigado a abrir mão dos direitos para garantir seu emprego, mas as condições deste emprego a cada dia se torna mais precário, e é justamente neste processo de precarização que as condições de saúde e segurança são diretamente afetados. Como nos diz Helena Hirata (2011):

O trabalhador estável, com emprego regular e com contrato por tempo indeterminado, pode encontrar-se em situação de precariedade, conforme os novos empregos criados no Brasil, a partir de 2005, dada a baixa remuneração (salário mínimo). Já notamos (Hirata, 2009) que um dos critérios de trabalho precário, para além da falta de proteção social e de direitos associados ao emprego, são os baixos salários ou o número reduzido de horas de trabalho. (HIRATA, 2011, p.20).

Segundo a autora, HIRATA, (2011), há uma intensificação do trabalho que ocorre devido as novas organizações do trabalho e da produção. Para a autora, a organização flexível do trabalho e da produção se torna uma ferramenta essencial para a reprodução do trabalho de emprego no momento atual. O resultado dessa intensificação é duplo: em primeiro lugar, danos múltiplos à saúde física e psíquica; em segundo lugar, aumento da distância entre assalariados e desempregados e, de modo mais amplo, entre os trabalhadores e aqueles que se encontram sem emprego.

Portanto o que vimos até aqui nos mostra o quanto as relações flexíveis de produção nos tempos atuais demarcam mudanças estruturais na vida dos trabalhadores, uma vez que o trabalhador é obrigado a aceitar condições de trabalho precários e salários cada vez mais baixos. Este processo acarreta uma precarização não só nas condições de trabalho e produção, mas também nas relações sociais.

Retomemos ao questionamento que fizemos no início do trabalho. Em que medida a precarização do trabalho sob o modo de produção capitalista relaciona processo de trabalho e desgaste do trabalhador? Tendo em vista todas as mudanças implantadas pelo modo de produção capitalista dentro dos processos de trabalho, podemos dizer que a grande diferença do capitalismo em relação a outros modos de produção está diretamente ligado em sua forma de organização e divisão do trabalho, que ao longo da história tem ampliado os padrões de exploração da força de trabalho, ou nas palavras de LAUREL; NORIEGA, (1989), que as cargas de trabalho, e portanto o padrão de desgaste de um grupo de trabalhadores determinado têm origem na

maneira específica como se articulam a bases técnicas de organização e divisão do trabalho, por tanto a divisão do trabalho na sociedade capitalista vem gradativamente ampliando as cargas de trabalho, potencializando o adoecimento da classe trabalhadora.

Sendo assim ao nos aproximarmos de alguns fenômenos decorrentes da reestruturação produtiva do modo de produção capitalista, percebemos que a medida que as forças produtivas vem avançando, acarretando mudanças nos processos de trabalho sobre tudo a partir da intensificação e precarização observamos que o cenário do desgaste e adoecimento do trabalhador se atualiza, marcando a classe trabalhadora com o desgaste mental.

Estamos diante do entendimento de que os processos políticos, econômicos e culturais que terão ressonância no desgaste mental dos trabalhadores percorrem as passagens que se apresentam entre a esfera macrossocial, os contextos nacionais e as várias estruturas internas das organizações até alcançarem os indivíduos em diferentes situações concretas de trabalho (FRANCO; DRUCK, SILVA 2010, p.240).

Até aqui discorremos sobre possíveis causas de adoecimento como consequência da atividade laboral, ou seja a partir de algumas reflexões, percebemos ao longo do debate que a intensificação e precarização dos processos de trabalho geram um grande número de trabalhadores desempregados. Mas o que dizer das doenças causadas pelo desemprego?

Em se tratando da precarização e o desgaste mental do trabalhador Edith Seligmann-Silva (2015), traz o debate do adoecimento causado pelo desemprego, alertando para que possamos a partir das reflexões, construir uma política capaz de integrar a sociedade, inclusive o imenso contingente de mulheres e homens desempregados.

O desgaste mental se acentua no trabalho precarizado pelo fato de os vínculos precários criarem uma ansiedade permanente que poderá ser reprimida ou emergir sob a forma de sintomas variados, inclusive de canalização para o organismo (somatização), que, entre outros distúrbios, com muita frequência leva ao aumento da pressão arterial. A intensificação das exigências - paralela à dos controles gerenciais em que são embutidos dispositivos da moderna tecnologia -, além de criar elevada tensão emocional, desperta, não raro, sentimentos e ideias de perseguição, o que em psicopatologia é denominado ansiedade persecutória. Essa manifestação pode agravar-se pelas avaliações de desempenho - continuadas ou periódicas -, cujos critérios, em geral ocultados, constituem outra fonte de ansiedade. A isso acrescentam-se os efeitos do estímulo extremado à competição e ao individualismo reinante no interior das empresas. Com a expansão da precariedade, ocorreu, também, a intensificação dos

sentimentos de medo e insegurança quanto à manutenção do emprego. Essa vivência de temor e incerteza por parte dos assalariados coincide com o dos empresários de “perder a guerra” da competitividade. A difusão do medo de demissão entre os assalariados facilita o aumento ilimitado das exigências que irão constituir sobrecargas cada vez maiores de trabalho que vêm sendo impostas não apenas aos corpos, mas também, de modo cada vez mais intenso, à vida mental e relacional dos empregados. (SELIGMANN-SILVA: 2010, p. 94).

Segundo SELIGMANN-SILVA (2010), a cada crise econômica, há uma tendência no aumento dos sintomas de ansiedade sobre o julgo de se manter o emprego, causando transtornos mentais graves, ou seja quando aqui falamos da saúde do trabalhador, não estamos falando apenas dos trabalhadores que estão na ativa ou seja inseridos no mercado de trabalho, estamos também falando dos trabalhadores expulsos deste processo a partir da reestruturação produtiva que se materializa através da precarização e intensificação do trabalho.

A autora traz nesta pesquisa alguns apontamentos extremamente importantes para se pensar na saúde do trabalhador de forma coletiva.

Ao pensarmos na inteireza do que denominamos vida mental, é imprescindível considerarmos conjuntamente os aspectos individuais – biológicos e psicológicos – e a interação permanente em que a vida mental se transforma ao longo das experiências sociais. O trabalho ocupa um lugar fundamental nessa trajetória. Ao mesmo tempo que é fonte de subsistência para a grande maioria, é também de sentido para a existência. Trabalhar significa manter vínculo com a esfera social, fazer parte de uma comunidade, além de ser base para assegurar o sustento e o futuro da família. Dessa forma, a falta de trabalho ou a percepção de que o emprego está em risco pode configurar ameaça à estabilidade da vida mental, o que é tanto mais provável quanto menor for a possibilidade de acesso a um novo trabalho e o suporte financeiro, social e psicológico de cada um. (SELIGMANN-SILVA, 2015, p.90)

Segundo a autora, devido ao longo período de desemprego e o aprofundamento da carência e desamparo social sobre os trabalhadores e suas famílias, o empobrecimento assumiu papel decisivo na progressão do desgaste geral e mesmo do adoecimento mental e psicossomático desses trabalhadores SELIGMANN-SILVA, (2015).

Em vista dos argumentos apresentados, sabemos o quanto precisamos aprofundar na questão dos processos de desgaste mental do trabalhador formal ou informal, este trabalho se caracteriza como parte de muitos dos subsídios construídos coletivamente dentro da academia, para a construção de instrumentos para potencializar as formas de combate do adoecimento do trabalhador.

Buscamos através da exposição de alguns elementos teóricos metodológicos descrever o quanto as mudanças no mundo do trabalho afetam diretamente na saúde do trabalhador, apresentamos até aqui fenômenos característicos da, terceirização, intensificação e conseqüentemente da precarização do trabalho. Falamos também como estes fenômenos se expressam como carga de trabalho. Agora, cabe à pesquisa apresentar alguns dados que ilustram o debate proposto.

Segundo a Associação Nacional de Medicina do Trabalho, conforme a Previdência Social, em 2017, episódios depressivos geraram 43,3 mil auxílios-doença, sendo a 10ª doença com mais afastamentos. Já doenças classificadas como outros transtornos ansiosos também estão entre as que mais afastaram, na 15ª posição, com 28,9 mil casos. O transtorno depressivo recorrente apareceu na 21ª posição, com 20,7 mil auxílios. Segundo o Dr, Ueliton Pereira, psicólogo e diretor técnico da Holiste Psiquiatra, o aumento de jornadas exaustivas, imposição de metas abusivas, falta de reconhecimento e autonomia no ambiente de trabalho são algumas das possíveis causas de tantos afastamentos ligados à saúde mental. Nestes casos se identifica imediatamente à intensificação do trabalho, componente da precarização.

O mesmo estudo aponta ainda que, dentre as doenças mais comuns relacionadas ao trabalho estão a depressão, o transtorno de pânico, a ansiedade e a síndrome de bournout. Os trabalhos onde estes problemas se apresentam mais comumente, os mais estressantes, corresponde ao trabalho dos bombeiros, militares, policiais, jornalistas, altos executivos, médicos, enfermeiros que trabalham em UTI e emergências, economistas e professores. Com relação à esta última categoria, nas últimas décadas, os registros de licenças do trabalho por motivos de saúde na categoria dos professores, em diferentes países, identificam a maior prevalência de distúrbios mentais quando comparados com os outros grupos de doenças comunicadas nas declarações médicas (ASSUNÇÃO, OLIVEIR.2009.pg.363.)

Para as autoras estes resultados relacionados aos professores, embora não autorizam estabelecer associações diretas desses problemas com o trabalho desenvolvido pelos professores. Eles apontam e permitem elaborar hipóteses articuladas as cargas que estes profissionais estão expostos, pois o professor dentro do processo de intensificação passa a ter sua saúde fragilizada devido a jornada de trabalho extensiva para além do ambiente escolar. A pesquisa feita em Vitória da Conquista (BA), mostra que a frequência de riscos para desenvolver transtornos

mentais detectada entre os docentes foi duas vezes maior que na população geral, sem diferença significativa entre homens e mulheres.

As políticas educacionais das últimas décadas provocaram mudanças que causaram grande impacto sobre a organização e a gestão escolar. A expansão da escolaridade e a consequente universalização do ensino fundamental nas redes públicas brasileiras trouxeram um maior contingente para o sistema educativo e maior complexidade das demandas apresentadas à escola. Essas demandas chegaram à escola sem que as condições objetivas de atendimento fossem adequadas à nova situação, o que tem resultado em intensificação do trabalho docente. (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA.2009.p.366)

É possível através destes dados perceber o quanto as mudanças nos processos de trabalho sobre tudo nas últimas décadas a partir do processo de intensificação, neste contexto o processo de adoecimento é ampliado devido ao fato de que o trabalhador em certa medida é excluído da convivência social e familiar, causando um sofrimento social ou, nas palavras de Laurell; Noriega (1989), “Este processo de desgaste caracteriza as coletividades humanas e não primeiramente os indivíduos.” (1989).

O processo de despertencimento social, como vimos, é produzido no seio da flexibilização, pelo binômio terceirização/precarização. Conduz à fragilização dos laços e dos referenciais de pertencimento social, levando, no limite, à desagregação social, com a proliferação de toda sorte de violência social, sofrimento e adoecimento, com destaque para as patologias musculoesqueléticas (LER/ DORT) e os transtornos mentais cada vez mais freqüentes, sem limites de classe, gênero, etnia, idade etc. (FRANCO; DRUCK; SILVA, 2010, p. 243).

Trazer estes fatos nos mostra que para além da pesquisa se faz necessário um conjunto de ações em relação a saúde do trabalhador, pois nesta atual conjuntura onde o exército de reserva se torna cada vez maior o trabalhador vai se transformando em uma mercadoria descartável.

Tendo em vista as grandes dificuldade enfrentadas pelos trabalhadores, o DIEESE, em sua Nota Técnica “A saúde dos índices de saúde do trabalhador” traz alguns dados sobre Acidentes de Trabalho, segundo o DIEESE, (2016), esta nota procura esclarecer o alcance das informações disponibilizadas e o contexto em que se inserem os indicadores de saúde e doença do trabalhador no Brasil, observa-se

nesta nota uma crítica relacionada a forma com que se é tratada a doença do trabalho uma vez que só se considera doença do trabalho aquelas que tem a sua manifestação “visível” de um “acidente” expresso numa lesão corporal que cause a morte, perda ou redução, permanente ou temporária da capacidade para o trabalho, ou seja, seguindo por este entendimento, a tendência das estatísticas sobre saúde do trabalhador deveriam focar os riscos físicos, biológicos, químicos que o exercício do trabalho poderia trazer ao trabalhador; e nenhuma ou pouca atenção, portanto, aos riscos psicossociais que estão fortemente vinculados ao exercício do trabalho contemporâneo (estresse, depressão).

O DIEESE (2016), ressalta que desconsiderar as diferentes manifestações do adoecimento no trabalho é negligenciar – com notórias intenções políticas – uma compreensão sistêmica sobre o trabalho e as suas manifestações na saúde do trabalhador. Em um segundo momento a nota segue através de alguns dados mostrando a dimensão do problema, seguindo a crítica, comparando os dados emitidos pelo Ministério da Previdência Social MSP, como os dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS). Da comparação, chegou-se a conclusão que a cada acidente de trabalho registrado pela Previdência Social, há quase sete acidentes não declarados oficialmente (metade destes inclusive de trabalhadores formais e segurados pela Previdência Social). Esta comparação possível, despreza ainda um sem número de trabalhadores informais e/ou irregulares.

Para o DIEESE (2016) essa subdeclaração atende a interesses econômicos e políticos facilmente identificáveis, sendo de um lado, para mascarar as grandes dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores dentro das empresas seja pelas condições de trabalho ou intensidade do mesmo, escondendo a crua realidade e com isto impedindo o melhor alcance das políticas públicas para melhor identificar o problema e tanto para eliminá-lo, e de outro esta ação contribui para em muitos casos redução da penalidades financeiras e sanções administrativas às empresas e organizações com grandes e graves números de acidentes e adoecimento pelo exercício do trabalho, DIEESE (2016), pois uma vez não declarado o acidente, as empresas tem uma queda do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), indicador que serve de base para o cálculo do Seguro de Acidente do Trabalho (SAT), que vai aumentando o valor de acordo com o número de acidentes, por este motivo há uma grande tendência a subdeclaração dos números de acidentes.

No Brasil, segundo dados do Anuário Estatístico do então Ministério da Previdência Social (MPS) houve, em 2013, cerca de 559 mil acidentes de trabalho notificados através de Comunicado de Acidentes de Trabalho (CAT), sendo aproximadamente 452 mil caracterizados como acidentes típicos, 112 mil como acidentes de trajeto, 15 mil registros de doenças ocupacionais e 2.800 mortes. Somando-se as estes dados as informações referentes ao Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP) que são registros que buscam estabelecer relações causais entre as doenças e os acidentes e a prática do trabalho, o número de acidentes de trabalho no Brasil teria sido de aproximadamente 718 mil, em 2013.

A saúde dos índices de saúde do trabalhador Embora já expressivos, esses dados ainda estão muito aquém de retratar a realidade dos acidentes de trabalho no país, vez que há um elevado grau de subnotificação e sub-registro dessas informações. De um lado, porque as estatísticas oficiais não abrangem os trabalhadores informais (cerca de 50% dos ocupados no Brasil), os trabalhadores públicos de regime estatutário e os autônomos e, de outro, porque há uma ação permanente de descaracterizar os acidentes e as doenças do trabalho, além da recusa de emissão das CATs por parte das empresas e organizações. No caso das pequenas e médias empresas, o problema do sub-registro é ainda mais grave, pois estima-se que menos de 20% dos acidentes de trabalho são notificados. Agregue-se a este quadro a inadequação do sistema pericial no Brasil, que mostra baixa sensibilidade e pouca vontade política para captar os vários tipos de adoecimentos ocupacionais previstos na legislação. Os desenhos e processos institucionais ainda contribuem para a prática do sub-registro entre as empresas, principalmente nos afastamentos inferiores a 15 dias quando não há necessidade de perícia médica pelo INSS e o trabalhador é avaliado pelo próprio médico do trabalho da empresa. (DIEESE, 2016)

O DIEESE destaca a importância das informações sobre acidente do trabalho para a ação sindical dirigida para a melhora das condições de trabalho. Acreditamos que análise crítica deve anteceder a ação, ou seja, buscando traçar um caminho capaz de promover a justiça nas relações saúde-trabalho.

Quanto ao desgaste mental, segundo Pina e Stotz (2014), há uma carência de indicadores para captar as manifestações do desgaste que se antecipem ao dano à saúde, uma vez que, na maioria dos casos, o desgaste é inespecífico e não se expressa de forma direta.

Mais amplamente, não apenas as doenças como também os diversos problemas de saúde dos trabalhadores constituem processo de desgaste mental, um conceito integrador para o campo da saúde mental e trabalho (SELIGMANN-SILVA, 1994). Para essa autora, o desgaste mental do trabalhador compreenderia três dimensões: a primeira, em termos orgânicos, decorrente dos acidentes de trabalho ou da ação de substâncias tóxicas; uma segunda, pela fadiga crônica; a terceira, pelo desgaste da esperança, que afeta a identidade do trabalhador, atinge seus valores e crenças e pode ferir sua dignidade. (PINA; STOTZ, 2014, p.157).

Para os autores, há uma carência de indicadores para captar as manifestações do desgaste que se antecipem ao dano à saúde, em busca de suprir esta carência alguns pesquisadores recorrem ao termo sofrimento, que geralmente são expressados através de queixas as, e sintomas bastantes variados, tanto na forma, quanto no espaço de tempo, estes sintomas segundo, PINA; STOTZ, (2014),, são percebidos pelos trabalhadores mas dificilmente são enquadrados pela nosologia da clínica médica ou pela classificação psiquiátrica clássica.

Fonseca (2007) identifica outras nomeações que traduzem ideias semelhantes ao sofrimento difuso, em especial os chamados “transtornos mentais comuns” e o “código dos nervos”. Os “transtornos mentais comuns” podem reunir múltiplos sintomas, tais como: insônia, irritabilidade, nervosismo, dores de cabeça, fadiga, esquecimento, falta de concentração. No “código dos nervos” as fronteiras entre corpo e mente são mais difusas e não estão bem definidas. As perturbações e as queixas dos trabalhadores corresponderiam a uma representação simultânea de sintomas físicos e não físicos. (PINA; STOTZ, 2014, p.158)

Estes apontamentos nos permitem ter uma compreensão das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, entendidas no limite desta pesquisa como precarização do trabalho e sua relação com as doenças do trabalhador, de forma específica, as doenças mentais. A intensificação do trabalho, a terceirização, e, associada a estes fenômenos, o desemprego, repercutem como penúria na vida de muitos trabalhadores e trabalhadoras cerceados das condições mínimas para garantia de sua reprodução. Precisamos agora pensar a saúde do trabalhador como objeto de estudo da saúde coletiva, para planejar e promover intervenções que atendam aos interesses da classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após 20 anos trabalhando dentro de uma fábrica metalúrgica, passei por um processo de aprendizagem tanto no campo profissional como na vida pessoal. No campo profissional fui galgando espaços dentro da empresa, no início cuidava da faxina, em outro momento fui trabalhar na manutenção dos fornos, tudo isto sempre com muita motivação e entusiasmo, em meio a estas mudanças fui conciliando o estudo com o trabalho até que finalmente passei a ser funcionário direto da empresa metalúrgica, eu já não era um terceirizado. A luta por espaço não para, dentro de uma sociedade altamente competitiva o que nada mais é que uma das características do capitalismo, agora eu precisaria me qualificar para alcançar sucesso na carreira, desta forma continuei os estudos até que alcancei o cargo de supervisor de equipe, porém o reconhecimento salarial nunca acompanhou a competência profissional, pois agora eu me tornara um trabalhador polivalente/multifuncional, ou seja atendia os interesses do capital mas em contrapartida a empresa não supria as minhas necessidades tanto material quanto espiritual.

Após muitos anos trabalhados passando muitas vezes por necessidades financeiras, familiares e profissional, este processo aos poucos foi consumindo a minha motivação, o cansaço tomou conta, eu não tinha tempo para cuidar de mim e não tinha tempo nem para a minha família, quase que se trabalhava 24 horas por dia, mesmo não estando na fábrica ela não saía de dentro de mim, a preocupação com a equipe de trabalho o risco de acidentes, as demissões em massa, tudo isto foi trazendo um quadro de stress muito grande que já não tinha motivação para entrar na fábrica, até que o grande dia chegou fiz a opção de sair da fábrica. Já fora do ambiente fabril, decide voltar aos estudos fazendo opção pelo serviço social. Ao longo do curso e em meio aos debates, fui sendo instigado a fazer uma aproximação da categoria carga de trabalho e suas determinações na vida social. A partir deste pressuposto vejo a importância da pesquisa como ferramentas de luta contra este processo agressivo e mutilador que o sistema capitalista impôs na gênese do ser social.

No decorrer do curso e a partir das pesquisas realizadas, aprendemos que o processo de reestruturação produtiva na suas várias vertentes vem ao longo do tempo fragmentando a classe trabalhadora, o que é algo extremamente favorável para os nossos capitalistas, pois uma vez alienada a classe trabalhadora mais enfraquecidas serão as lutas. Ao longo deste trabalho percebemos o quanto as mudanças impostas pelo sistema capitalista nos processos de trabalho afetaram diretamente os trabalhadores, as análises nos mostram que este processo é tendencial e mundial, pois a cada dia mais trabalhadores serão expulsos do mercado de trabalho seja por falta de vagas , acidentes ou adoecimento, pois a lógica do capital aponta pra uma intensificação cada vez mais acirrada dentro dos processos produtivos, como já foi dito, "...As empresas organizam o trabalho de maneira a elevar ao máximo sua intensidade" ROSSO (2011), ou seja o capital em busca de se reestruturar não medirá esforços. Observamos também durante a pesquisa como o modo de produção capitalista engendrou as condições necessárias para o processo de precarização do trabalho, pois o aumento da produtividade implica na maior intensificação do trabalho.

Além disso, o desenvolvimento do capitalismo industrial desencadeou ritmos acelerados de produção, em escala antes não vista, cujo resultado foi a deterioração das condições de trabalho, impondo uma alteração do ritmo social estabelecido, causando sérios danos à saúde do trabalhador, diante disto esta pesquisa dialogou com autores como: LAUREL; NORIEGA, (1989), que analisam como o desgaste do trabalhador pode expressar-se além do ambiente de trabalho, mostrando que, quando se conhece os processos de trabalho se torna mais fácil identificar as cargas de trabalho de determinada atividade sendo capazes ainda de prever um determinado padrão de desgaste.

Durante o desenvolvimento do trabalho se fez necessário conhecer alguns fenômenos do processo de reestruturação produtiva para se explicar de que forma as mudanças nos processos de trabalho afetam os trabalhadores, portanto sabemos que são muitos os fenômenos mas devido ao tempo de desenvolvimento da pesquisa nos propusemos a falar especificamente de dois destes fenômenos qual sejam a terceirização e a intensificação, ficou bem claro como a terceirização, a precarização alinhadas a intensificação dos processos produtivos vem trazendo transtornos para a saúde do trabalhador, na medida em que aprofundamos os estudos a respeito destes fenômenos que são inerente a reestruturação produtiva, foi possível uma aproximação

do nosso objeto ,uma vez que o que nos interessa é o debate acerca das consequências dos processos de trabalho na saúde do trabalhador.

Tendo em vista os padrões de produção ditado pelo capitalismo, se faz necessário a continuação do debate sobre a saúde do trabalhador, não somente nos processos de produção industrial, pois como foi visto no capitalismo contemporâneo a intensificação atinge uma área muito mais ampla, se faz necessário tratar da saúde do trabalhador coletivo como ser social, pois adoecimento da classe trabalhadora é hoje também o adoecimento de uma sociedade.

A partir desta análise surgem algumas inquietações: Como nos diz Dal Rosso (2011), “há de se questionar limites para a intensificação do labor,” mas a grande pergunta que se faz é quem estabelece estes limites dentro de uma sociabilidade que só visa a produção, acumulação e o lucro?

Quando nos deparamos com questões como o desgaste e o adoecimento mental estamos falando de perdas irreparáveis, Como os sindicatos e movimentos sociais podem auxiliar na questão da saúde deste trabalhador? Como as universidades podem contribuir para esta demanda? Quais são as novas doenças do trabalho? Quais os efeitos que a intensificação do trabalho produz sobre a saúde dos trabalhadores?

Um fato muito relevante neste trabalho foi a aproximação a respeito do adoecimento do trabalhador desempregado, pois muito se fala dos trabalhadores que em função da rotina de trabalho, adquirem determinadas patologias, aprendemos que os trabalhadores desempregados a cada dia devido ao longo tempo desempregados eles estão ficando doentes. Segundo SELIGMANN-SILVA O trabalho ocupa um lugar fundamental na trajetória das experiências humanas.

Ou seja ele é fonte de subsistência e da sentido a existência, quando estamos trabalhando há um sentimento de pertença à um grupo social, o trabalho em certa instância traz esperança em um futuro melhor em contra partida segundo a autora, a falta de trabalho ou a percepção de que o emprego está em risco pode configurar ameaça à estabilidade da vida mental, destes trabalhadores expulsos do mercado de trabalho. Como organizar estes trabalhadores? Como cuidar da saúde mental destes grupos?

Todos estes questionamentos nos levam a crer que temos muito que avançar em relação as medidas de controle no que tange a seguridade social e aos direitos trabalhistas uma vez que o Estado têm se afastado do compromisso com a classe trabalhadora, cabe a nós trabalhadores buscarmos formas de nos fortalecermos em busca de uma melhor qualidade de vida.

Reafirmamos, nessas considerações finais, a importância do presente estudo como uma contribuição para a potencialização das pesquisas em torno da saúde do trabalhador diante da ofensiva do modo de produção capitalista. A partir desta reflexão este trabalho, busca contribuir para a discussão das questões de saúde do trabalhador, trazendo à luz do entendimento alguns fatores que potencializam o processo de sofrimento desta categoria. Não temos a pretensão de esgotar a discussão em torno do tema, mas apresentar algumas características e tendências para um aprofundamento posterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSUNÇÃO; Ada Ávila * OLIVEIRA Dalila Andrade. **Intensificação do trabalho e saúde dos professores** Educ. Soc., Campinas, vol 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. 2009 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>
- Associação nacional de medicina do trabalho, Revista Proteção, disponível em: <https://www.anamt.org.br/portal/2019>. Acesso as 10:00 dia 20/11/2019
- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994
- ANTUNES, Ricardo, PRAUN, Luci, **A sociedade dos adoecimentos no trabalho**, Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 123, p. 407-427, jul./set. 2015
- CARMO, Roberto Coelho do. **Sufrimento dos trabalhadores da mineração em Mariana/MG em tempo de capitalismo flexível**. 2019 Dissertação (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. RJ 2019
- COSTA Márcia da Silva, **O sistema de relações de trabalho no brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual**, Revista brasileira de ciências sociais - vol. 20 nº. 59
- BEVEDER, Mónica Brun. **Considerações sobre a Reprodução das Relações Sociais e a Produção do Espaço no Pensamento de Henri Lefebvre, Marx e o Marxismo** v.2, n.3, ago/dez 2014
- DAL ROSSO, S. **Waves of labor intensity and crises. Perspectivas**, São Paulo, v.39, p.133-154, jan./jun. 2011.
- DAL ROSSO, S. **Intensidade e imaterialidade do trabalho e saúde**. Trabalho, Educação e Saúde [en línea]. 2006, 4(1).
- DIEESE. Departamento Internacional de Estatística e Estudos Socioeconômicos **A saúde dos índices de saúde do trabalhador**. (2016)
- FRANCO, TÂNIA. DRUCK, GRAÇA. Seligmann-Silva, Edith. **As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho preconizado**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional 2010, 35(122),
- HIRATA, HELENA. **Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão** Caderno CRH, vol. 24, núm. 1, 2011, pp. 15-22 Universidade Federal da Bahia Salvador, Brasil
- LAURELL, A C.; NORIEGA, M. **Processo de Produção e Saúde: trabalho e desgaste operário**. Tradução: Amélia Cohn et. al. São Paulo: Editora HUCITEC: 1989

LESSA, SÉRGIO. **Mundo dos homens: trabalho e ser social** – São Paulo: Instituto Lukács, 2012. – 3.ed. rev. cor.

MACHADO, Fabiane Konowaluk Santos; GIONGO, Carmem Regina; MENDES, Jussara Maria Rosa. **Terceirização e Precarização do Trabalho: uma questão de sofrimento social**. Rev. psicol. polít., São Paulo, v. 16, n. 36, p. 227-240, ago. 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2016000200007&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 22 out. 2019.

MARCELINO; Paula; CAVALCANTE, Sávio **por uma definição de terceirização**, Caderno CRH, vol. 25, núm. 65, mayo-agosto, 2012, pp. 331-346 Universidade Federal da Bahia Salvador, Brasil

MASCARENHA, Raquel Mota Mascarenhas, **A quimera do desenvolvimento sustentável para supressão da pobreza e da crise ecológica**, 2017

MARX, Karl. **O capital**. 2. ed. Boitempo: 2013. (vol. 1).

MENDES, R. & DIAS, E.C. **Da medicina do trabalho à saúde do trabalhador**. Rev Saúde públ., S.Paulo, 25: 341-9, 1991.

NETTO. José Paulo, et, al, BRAZ Marcelo. **Economia Política uma Introdução Crítica**, 4.ed- São Paulo: Editora Cortez:2008.

PINA, José Augusto, & NAVARRO Stotz, Eduardo (2014). **Intensificação do trabalho e saúde do trabalhador: uma abordagem teórica**.

PAIVA, Maria Julia; VASCONCELLOS, Luiz Carlos Fadel. **Modelo Operário Italiano – o surgimento do campo da saúde do trabalhador**. In: Vasconcellos, Luiz Carlos Fadel; Oliveira, Maria Helena Barros de (org.) Saúde, trabalho e direito - Uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória. Rio de Janeiro: Educam, 2011.

SELIGMANN-SILVA, edith. **Desemprego e Desgaste mental: Desafio às políticas públicas e aos sindicatos**, Revista CiênCias do tRabalho - nº 4 JUNho de 2015,

VASCONCELLOS. Luiz Carlos Fadel de. OLIVEIRA, Maria Helena Barros de. **Saúde, trabalho e direito: Uma trajetória crítica e a crítica de uma trajetória**- Rio de Janeiro: Educam, 2011. 600 p.